

Projeto

Conexão Local - ANO II

Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício

Fundação Curro Velho
Programa Raízes
Pará - Brasil

Henrique Yuzo Terada
Renata Gabriela Cho

Tutora: Eliana Custódio

2006

Projeto Conexão Local

1	INTRODUÇÃO	2
2	CONTEXTO DAS EXPERIÊNCIAS	4
2.1	AÇÃO COMUNITÁRIA EM ARTE E OFÍCIO	5
2.2	AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS	8
2.2.1	TITULAÇÃO DE TERRA	8
2.2.2	GERAÇÃO DE RENDA E INFRA-ESTRUTURA	9
2.2.3	EDUCAÇÃO E CULTURA	11
2.3	A FUNDAÇÃO CURRO VELHO	13
2.4	O PROGRAMA RAÍZES	15
3	ANÁLISE	16
3.1	Projeto	16
3.1.1	Panorama Geral	16
3.1.2	Objetivos do projeto	17
3.2	As comunidades	19
3.3	Fundação Curro Velho	20
3.3.1	Instrutores e capacitações	20
3.3.2	Escolha das oficinas	21
3.3.3	Trabalho junto às comunidades	22
3.4	Governo (Programa Raízes)	22
3.5	O Preconceito	23
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	25
5	BIBLIOGRAFIA	27
6	ANEXO	28
5.1	Fotos	28
5.2	Ficha técnica das Comunidades visitadas	33



1 INTRODUÇÃO

O principal intuito deste relatório é apresentar aos leitores constatações, emoções, vivências e experiências de dois jovens em uma realidade bastante diferente daquela que estavam acostumados. A experiência em questão é uma imersão na realidade de comunidades rurais negras do estado do Pará durante o mês de Julho de 2006.

O projeto Conexão Local proporciona ao aluno da FGV a oportunidade de encarar uma nova realidade através de um projeto de pesquisa que o leva até uma experiência de sucesso, já previamente analisada pelo Programa Gestão Pública e Cidadania, em alguns lugares do Brasil.

Nesse sentido, acreditamos que o maior mérito do Programa Conexão Local, ao dar a possibilitar dos alunos conhecerem outras facetas do Brasil, é o de explorar o desconhecido e tomar conhecimento de uma realidade brasileira omitida e ignorada pelas instituições de ensino e a mídia convencional.

O interesse da dupla em participar não veio apenas da possibilidade de atuar na área de pesquisa acadêmica, mas principalmente da oportunidade de viver, literalmente, uma realidade diferente e em um novo terreno: a área pública. O Programa possibilitou a imersão e o estudo da atuação de um órgão público num projeto inovador.

Acima de tudo, a experiência foi encarada como um desafio a ser superado, onde tínhamos que deixar para trás nossas convicções e ir para um lugar desconhecido despidos de qualquer preconceito, pré-conceitos, a fim de que pudéssemos realizar o questionamento e reflexão da situação social local e nacional.

Após a imersão, muitas são as palavras das quais podemos utilizar para descrever a experiência vivenciada nas comunidades quilombolas do Estado do Pará. Está associada a isso, uma pluralidade de sentimentos que refletem um misto de palavras muitas vezes antagônicas e contraditórias: alegria e tristeza; progresso e arcaísmo; esperança e descrença; iniciativa e imobilidade.



Projeto Conexão Local

Com a experiência pudemos conhecer um outro Brasil (um de tantos) com tanta pobreza e muita riqueza. O Pará é um Estado riquíssimo em termos culturais. Existe uma mistura intrigante de aspectos negros, indígenas e “brancos” de ritmos, danças, sabores, cheiros, ações e reações. A recepção foi extremamente calorosa desde o início, tanto aquela vinda das pessoas quanto a do tempo úmido e abafado.

O Pará é um Estado cheio de dificuldades e uma série de fatores contribui para isso: a posição geográfica, a complexidade política, a localização, dentre outros. Eles refletem na falta de estrutura que o Estado é capaz de dar aos seus cidadãos como pela falta investimento em educação, saúde, transporte, acesso à energia elétrica e ao saneamento básico, por exemplo.

Entretanto essa é uma realidade recorrente em todo o Brasil e reflete a situação na qual os mais pobres – principalmente os negros e indígenas – se encontram na sociedade brasileira. Além de não terem acesso a serviços básicos previstos constitucionalmente, tais grupos sofrem discriminação – seja ela explícita, omitida ou mascarada – no mercado de trabalho, nas relações jurídicas, quanto as participação no consumo e na integração dentro dos meios sociais. Todavia, apesar deste cenário, deve-se destacar o Estado do Pará, que se mostrou à frente dos demais ao instituir políticas públicas com recorte étnico-racial.

Ele é um dos únicos estados brasileiros que possuiu a preocupação em reconhecer o débito histórico do Estado ao não organizar meios de inserção social e sanar as injustiças sofridas por indígenas e negros. Em razão disto, o Estado do Pará deve ser visto como um exemplo das diversas possibilidades de integração social de grupos historicamente marginalizados da sociedade.

Ao final de nossas experiências, o mínimo que podemos dizer aos que propiciaram esta excelente imersão nas comunidades rurais quilombolas do Pará é o quanto essa viagem está modificando nossas opiniões e reflexões, e a falta sentida das pessoas envolvidas nos órgãos estaduais visitados: Fundação Curro Velho, Programa Raízes; e nas comunidades visitadas: Bacabal, Boa Vista do Itá, Camiranga, Itacoã, Jambuaçu, Laranjetuba, Médio Itacuruçá e Tauerá-Açú.



2 CONTEXTO DAS EXPERIÊNCIAS

A fundação de Belém, em 1616, marca a incorporação definitiva da Amazônia ao espaço geográfico português na América. Sua localização favorável e a construção de fortificações permitiram que Belém tivesse condições de garantir a autoridade na região contra nações estrangeiras e ser entreposto da penetração e a ulterior ocupação do território amazônico a oeste da cidade. Garantiam-se os interesses da Coroa portuguesa em desalojar os estrangeiros e buscar a miragem de terras férteis e riquezas abundantes no lendário e inexistente Eldorado.

Instalados no Forte do Presépio, os portugueses trouxeram colonos para iniciar os trabalhos agrícolas, a serem realizados por mão-de-obra escrava. Concomitantemente, missionários foram deslocados para garantir o contato com os selvagens da região. Desde o início os dois grupos se hostilizavam e não aceitavam a intervenção do outro em relação aos indígenas. Para solucionar o conflito, negociaram um acordo que previu a aceitação de escravos negros no trabalho nas lavouras e escravo, ao invés dos indígenas.

Apesar do acordo, a mão-de-obra negra não substituiu a indígena. A não adaptação da cultura açucareira na região, o fracasso da Companhia de Comércio do Maranhão, que chamou a si o encargo de introduzir escravos negros, a melhor adaptação dos indígenas nas atividades extrativistas – como o cacau, o cravo e outras drogas do sertão – a organização e desenvolvimento de um lucrativo tráfico vermelho e as limitações orçamentárias dos colonos em adquirirem a mão-de-obra negra foram fatores que contribuíram para a não utilização desta forma de trabalho no início do século XVII.

Entretanto, a partir de 1670, com a chegada de novos lavradores, a agricultura floresceu e algumas culturas conseguiram se desenvolver de maneira regular: arroz, tabaco, algodão e cana-de-açúcar. Em virtude da alta mortalidade dos índios nas lavouras, pois eles não estavam habituados à continuidade de tarefas exaustivas que lhes eram exigidas, a utilização da mão-de-obra negra era uma alternativa mais rentável.

A situação destes grupos durante o processo histórico no Pará e no Brasil pouco difere da realidade nacional – a população dita branca acumula uma grande parcela da riqueza nacional, enquanto os negros, em sua maioria, se encontram em situações de pobreza e os indígenas são vistos como uma parcela social especial à margem da sociedade. Tal situação



ainda não foi superada no Brasil e representa um dos maiores problemas sociais do país: a desigualdade étnico-racial.

Percebendo esta situação de extrema desigualdade e marginalização, assim como a pluralidade racial no estado, o governo do Pará vem atuando de maneira distinta aos demais estados da federação. O Estado realiza uma política de promoção social que engloba a criação do Programa Raízes e da Fundação Curro Velho, que serão destaque nas posteriores análises de nosso relatório.

2.1 AÇÃO COMUNITÁRIA EM ARTE E OFÍCIO

Em maio de 2000, o Governo do Estado do Pará criou o Programa Raízes. Sua meta é a redução da pobreza e das desigualdades sociais, tratando diferente os desiguais, de forma a compensar o descaso e marginalização com que minorias étnicas foram tratadas no Brasil – os indígenas e os negros.

Em relação à atuação em comunidades quilombolas, o Programa Raízes dinamiza ações de regularização de domínio das áreas ocupadas por elas e implanta medidas sócio-econômicas, ambientais, culturais, e de apoio às atividades de educação e saúde que favoreçam o desenvolvimento local.

Como uma das executoras, encontra-se a Fundação Curro Velho, instituição estadual, vinculada à Secretaria Especial de Promoção Social. Ela realiza o “Ação Comunitária em Arte e Ofício”, trabalho de afirmação cultural, social e econômica em comunidades rurais remanescentes de quilombo. O foco da ação é o desenvolvimento de um ciclo de oficinas de arte e ofício construídas a partir do levantamento do perfil sócio-econômico-cultural de cada comunidade, suas demandas, interesses e potencialidades.

A partir da utilização de diferentes linguagens - plásticas, verbal, cênica e audiovisual - as oficinas mobilizam a organização comunitária e recuperam as raízes histórico-sociais da população negra. Conjuntamente, a ação auxilia para o alcance da auto-sustentabilidade da comunidade, a formação de uma gestão participativa, a recuperação da auto-estima e o reforço à importância do trabalho em grupo, partilha de tarefas e de responsabilidades.



Projeto Conexão Local

A Fundação Curro Velho toma o maior cuidado para que a ação das oficinas não influencie na identidade das comunidades. Em relação a isso, anterior à realização delas, a FCV levanta as necessidades da comunidade e identifica as manifestações culturais e ambientais existentes nela. Só a partir do entendimento delas que se determinará quais as possíveis oficinas a serem oferecidas.

Dentre as oficinas aplicadas, destacam-se as de teatro, boi, capoeira e dança que resgatam e valorizam a cultura já esquecida nas comunidades; e as oficinas de trançado, colares, artesanato em barro, instrumentos musicais e bonecas, que dependem da existência de matérias-primas em cada local.

O início da atuação em comunidades quilombolas e a parceria da FCV com o Programa Raízes iniciaram a partir dos I Jogos Quilombolas em dezembro de 2001, do qual o Programa Raízes atuou como coordenador. O convite para que a FCV participasse deste evento partiu da Secretaria de Esporte e Lazer, que assim como os demais organizadores do evento, não queriam que os jogos se limitassem a um evento esportivo tradicional. A cargo da FCV ficou a organização de atividades culturais, que ela desempenhou ao simular um navio negreiro diferente.

Durante o trajeto até Óbidos, local onde ocorreu o evento, a FCV organizou oficinas onde alguns profissionais disponibilizavam o material e davam explicações sobre o processo artesanal, porém cabia aos quilombolas a identificação das manifestações culturais de sua comunidade e o processo criativo. Durante essa viagem, foram criadas roupas, artesanatos, bandeiras, símbolos das comunidades e lembranças manifestações de dança e música há muito tempo não praticadas nas comunidades, e que foram apresentadas às demais comunidades participantes.

O sucesso destes Jogos e a valorização da cultura quilombola fizeram com que as lideranças das comunidades solicitassem a atuação da FCV para aplicar o trabalho realizado no navio também nas comunidades. A partir delas, o Programa Raízes aproximou-se da FCV, sendo que o primeiro assume a tarefa de articulador das demandas dos quilombolas e do orçamento público e o último é o órgão executor.



A parceria entre o Programa Raízes e a Fundação Curro Velho foi muito positiva, como é mostrado nos dados a seguir:

Atendimento em comunidades quilombolas					
Especificação	2001	2002	2003	2004	2005
Municípios	18	8	12	15	16
Comunidades	23	11	15	32	33
Pessoas	300	427	1166	1825	2025
Oficinas	4	11	41	68	78
Custos	R\$ 15.000	R\$ 30.000	R\$ 95.000	R\$ 146.265	R\$ 220.000

Podemos perceber que desde o início da Ação, a Fundação Curro Velho vem aumentando a sua área de atuação. O sucesso pode ser mensurado pelo aumento que ocorreu nos municípios e comunidades beneficiadas, assim como na maior quantidade de oficinas executadas e no crescimento da participação dos quilombolas.

A partir dos resultados apresentados, percebe-se que a cada ano a FCV vem conseguindo aumentar o seu orçamento para a ampliação de sua atuação no Estado do Pará. Isto provem do sucesso do programa e da importância dada às políticas públicas com recorte racial no Pará. Até o ano de 2004, as comunidades beneficiadas pelo Ação Comunitária em Arte e Ofício foram:

Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício	
Municípios	Comunidades
<i>Abaetetuba</i>	Arapapuzinho Baixo-Itacuruça Médio-Itacuruça Taueraçu
<i>Acará</i>	Itacoã/Guajará-Miri Carananduba
<i>Ananindeua</i>	Abacatal
<i>Baião</i>	Umarizal
<i>Cametá</i>	Porto Alegre Tabatinga
<i>Capitão Poço</i>	Narcisa
<i>Colares</i>	Cacau
<i>Mocajuba</i>	Itatu 2º Distrito/Mangabeira
<i>Cachoeira do Piriá</i>	Camiranga
<i>Mojú</i>	Santa Maria de Mirindeua Santa Maria de Tracuateua Jacundai Conceição de Mirindeua
<i>Óbidos</i>	Cuecé Silêncio
<i>Oeiras do Pará</i>	Igarapé Preto Bailique
<i>Oriximiná</i>	Boa Vista do Cumimã do Jari
<i>Salvaterra</i>	Bacabal
<i>Santa Izabel</i>	Macapuzinho Boa Vista do Itá

2.2 AS COMUNIDADES QUILOMBOLAS

Generalizar o vasto estado do Pará seria algo inviável. As diferenças encontradas nos diferentes núcleos quilombolas são decorrentes dos graus distintos de organização que cada comunidade possui, a presença de uma liderança forte e articulada politicamente, o distanciamento dos grandes centros urbanos, a forma de tomada de decisão do grupo, etc.

Para facilitar nossa análise, destacamos três desafios a serem enfrentados pelas comunidades: a titulação da terra; a geração de renda e infra-estrutura; a educação e a cultura.

Além disso, basearemos nossa análise em duas comunidades distintas: Camiranga e Tauerá-Açú. A primeira apresenta alto grau de organização, presença de uma líder forte e atuação da Fundação Curro Velho desde 2002; já a segunda, não há uma liderança empoderada, nem uma estrutura comunitária bem-estruturada e a atuação da FCV começou recentemente.

2.2.1 TITULAÇÃO DE TERRA

O Programa Raízes, em parceria com o Instituto de Terra e Planejamento Agrícola (INTERPA), atua nesta frente, que ainda tem a MALUNGO como representante e responsável pelo levantamento das demandas necessitadas pelas comunidades quilombolas.

Este é o problema que vem sendo mais facilmente superado pelas entidades, apesar de em várias regiões, como, por exemplo, a Ilha de Marajó, ainda apresentarem conflitos em território quilombola entre a comunidade e os latifundiários. De cerca de 150 comunidades com atuação do Programa Raízes, já houve 74 titulações de territórios quilombolas.

Algumas das razões da demora para que as comunidades consigam a titularidade das terras está relacionado ao fato da atuação do INCRA ser muito burocrática e demorada, além de muitas comunidades não possuírem organização interna estruturada.

A inexistência de um centro comunitário nas comunidades impede a possibilidade de se titular o território, pois esta deverá ser coletiva. Será esse grupo que ficará responsável por representar a comunidade em relação às questões jurídicas e deverão representar os interesses de todos.

As metas do Programa Raízes nos próximos anos são a titulação de novos territórios quilombolas e a correção de alguns problemas de titulações passadas.

Camiranga

Em Camiranga, a titulação de terras, ao contrário da maioria das comunidades rurais quilombolas, são individuais. Porém, há uma porção do território que é coletivo. A líder da comunidade vem atuando para ampliar esta segunda área.

Tauerá-Açú

Quanto à Tauerá-Açú, a titulação da terra está em tramitação. É importante ressaltar que não faz muito tempo que a comunidade adquiriu conscientização em relação a possibilidade de domínio do território.

Neste caso, a possibilidade de adquirir o titularidade coletiva do território refletiu no aumento da auto-estima da comunidade.

2.2.2 GERAÇÃO DE RENDA E INFRA-ESTRUTURA

A geração de renda é um dos principais problemas das comunidades quilombolas e influencia no desenvolvimento de outras ações do Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício nos territórios visitados. Esta ainda se dá pela venda de produtos advindos da roça, sendo este trabalho desenvolvido principalmente pelos homens e às mulheres são destinadas a realização das tarefas do lar e cuidar dos filhos.

Quanto ao acesso às comunidades, estas são isoladas das grandes cidades. Seus trajetos são feitos a partir de estradas de terra, que em épocas de chuva tornam-se de difícil travessia, ou por métodos fluviais, que são os mais utilizados pelas comunidades quilombolas. Este meio de locomoção é em muitos casos mais demorado e cansativo, principalmente quando as distâncias a serem percorridas são extensas e há muitas pessoas a serem transportadas.



Em relação à saúde, em quase todas as comunidades, os postos de saúde (quando existem), se encontram desativados. Para piorar a situação, não há médicos e enfermeiros nas comunidades e faltam remédios e outros materiais para o bom diagnóstico e tratamento dos doentes.

Os meios de telecomunicação são pouco desenvolvidos, visto que muitas vezes não há cobertura de redes de celular, os telefones públicos inexistem ou então são inutilizados por ausência de manutenção.

O saneamento básico é inexistente em quase todas as comunidades, sendo que muitas vezes não existem nem poços artesianos para a captação de água e os quilombolas são obrigados a utilizar a dos rios, que muitas vezes se encontram poluídas ou impróprias ao consumo. Com isto, há uma quantidade muito grande de casos de diarreia, vômito, intoxicação e contaminação.

Com a situação de quase nenhuma perspectiva de geração de renda e com uma infra-estrutura precária, muitos acabam saindo das comunidades para se destinarem aos grandes centros urbanos do estado, sendo Belém o destino mais escolhido. Entretanto, ao não encontrar situações melhores, muitos acabam se envolvendo na prostituição, roubo e tráfico de drogas, ou seja, acabam vivendo à margem da sociedade e não conseguem modificar a sua situação socioeconômica.

Camiranga

A infra-estrutura de Camiranga, dentre todas as comunidades visitadas, é a mais desenvolvida. Apesar de ser pouco acessível – há a necessidade de se dirigir a uma cidade no Maranhão e utilizar um barco motorizado por mais 30 minutos para chegar a ela – a comunidade conseguiu grandes progressos graças à liderança forte de D. Páscoa.

Ela sempre procurou articular as necessidades da comunidade, enviá-las à prefeitura e Câmara Municipal de Cachoeira de Piriá e efetuar a cobrança dos políticos. Tais ações representam um grande engajamento e civilismo e, como se pode observar, geraram importantes resultados.

A comunidade conseguiu melhorar o seu sistema de coleta de água (poços artesanais), oferece o melhor sistema de telecomunicação (presença de



telefones públicos e antenas de empresas como a Embratel e a Telemar) dentre todas as comunidades visitadas. Outro fato positivo é que o prefeito do município prometeu a implantação de um sistema de tratamento de água para a comunidade.

Quanto à geração de renda, ela ainda é dependente das atividades extrativistas (coleta de fruto e pesca) e da roça, porém as oficinas de bonecas de pano e artesanato em barro já estão bem avançadas e começam a propiciar uma pequena parcela de renda oriundas das vendas destes produtos.

Tauerá-Açú

A infra-estrutura desta comunidade é uma das mais precária dentre as visitadas. Localizada próxima a um rio, porém rodeada por uma mata fechada, ela parece ter sido esquecida pelo mundo. A população presente na reunião é mais idosa, o que em partes é resultado da fuga dos jovens aos grandes centros urbanos e devido ao trabalho na roça.

Relatos da comunidade demonstram que os quilombolas têm consciência de que a água do rio é poluída, porém a inexistência de poços e um sistema de tratamento de água fazem com que a população consuma a água imprópria. Além disso, a comunidade não foi beneficiada do programa federal Luz no Campo como foram outras comunidades.

Em relação à geração de renda, a comunidade sobrevive da roça e do extrativismo vegetal. As oficinas oferecidas pela FCV tinham enfoque mais cultural (manifestação de boi, pintura) e os resultados mais visíveis era o aumento da auto-estima do grupo e resgate e valorização de manifestações culturais quase esquecidas.

2.2.3 EDUCAÇÃO E CULTURA

Muitas comunidades só têm escolas até a 5ª série, sendo um número menor até a 8ª e quase inexistente ao ensino médio. A falta de escolas está ligada à ausência de recursos municipais para serem investidos em educação e também à ausência de professores capacitados e interessados em trabalhar nestas comunidades. Na maioria dos casos, mulheres da própria comunidade são professoras e elas acabam dando aula para mais de uma turma ao mesmo



tempo. Com isso, a maioria dos jovens é obrigada a se deslocar quilômetros para conseguir concluir os Ensinos Fundamental e Médio. Em casos especiais, os alunos que desejam realizar o Ensino Superior precisam se locomover até a capital para efetuar os cursos preparatórios e a universidade.

Além disso, é necessário comentar sobre a lei nº 10639/2003, na qual o ensino da cultura e história negra se torna obrigatório no currículo das escolas. Este requisito, apesar de louvável, esbarra em um problema: a capacitação dos professores que ensinam, já que poucos estão preparados para ministrar sobre o assunto.

A partir desses problemas, a atuação da Fundação Curro Velho ganha destaque, pois são realizadas capacitações aos professores sobre a história e cultura negra, além de oferecer um ensino informal voltado para a cultura local e a geração de renda. São realizadas oficinas de dança, trançado, cestaria, manifestações artísticas (boi, tambor, capoeira, etc.), teatro, sementes, trabalho com barro, dentre outros.

Camiranga

A educação em Camiranga merece destaque maior em relação às demais comunidades, pois é uma das poucas que possui tanto o Ensino Fundamental, quanto o Ensino Médio completo. A existência destes cursos só foi possível pela organização e cobrança da comunidade em relação aos seus direitos.

Quanto aos aspectos culturais, a atuação da Fundação Curro Velho tem gerado grandes resultados. As oficinas de teatro deram origem às apresentações teatrais e às bonecas de pano, que além de resgatarem as lendas da região, também são utilizadas no processo teatral. Destaca-se ainda a diversidade cultural marcada pela existência de lendas locais, a musicalidade do tambor de crioula e danças.

Tauerá-Açú

O acesso à educação é pouco desenvolvida na região. Há apenas escolas de 1^a a 4^a série na comunidade. Para completar o estudo, os jovens precisam se locomover para outros locais ou aos grandes centros urbanos. Esta situação faz com que muitos não cheguem a completar o ensino fundamental ou se dirijam às metrópoles em busca de melhores condições de vida e perspectivas.



Muitos dos problemas desta comunidade são resultados de uma organização deficiente, uma liderança pouco expressiva e, conseqüentemente, do não conhecimento da comunidade de seus direitos e de meios de cobrá-los dos políticos locais.

Quanto às oficinas efetuadas pela FCV, ainda não houve grandes avanços, pois as execuções delas são recentes. Entretanto, deve-se destacar a sua importância no resgate de manifestações culturais da comunidade e na formação de grupos de influência.

2.3 A FUNDAÇÃO CURRO VELHO

A Fundação Curro Velho iniciou suas atividades em 1990, sendo reconhecida como instituição de direito público do Governo do Estado do Pará. Entretanto, antes deste ano, a idealizadora do projeto – a artista plástica Dina de Oliveira – iniciou atividades em bairros pobres da cidade de Belém, com o intuito de colocar em prática o projeto de sua tese de mestrado. Este serviu como base ao que seria a FCV.

Inicialmente o projeto que tinha como principal objetivo tratar das condições arquitetônicas desses locais, porém tomou um enfoque mais amplo. A partir do momento em que Dina iniciou o contato com membros da comunidade, por meio de filmagem, fotografia e desenho, ela percebeu a necessidade de promover atividades culturais como forma de melhoria da condição de vida dos moradores. Com isso, ela ampliou o tema abordados em seu projeto e incluiu outros como a educação, promoção social, restauração arquitetônica e meio-ambiente.

Observando o pioneirismo de suas ações e o impacto positivo gerado, o Governo do Estado do Pará procurou Dina de Oliveira e propôs a replicação de seu projeto em outros locais a partir de um órgão de política pública, da qual ela seria responsável pela administração.

A partir deste momento, a FCV é criada para promover seu objetivo: o desenvolvimento da capacidade de expressão sócio-educativa, tendo como instrumento a arte e o ofício, nas perspectivas de valores éticos e estéticos. Ele reflete a preocupação da FCV em ser complementar do ensino formal e promotora da valorização do indivíduo-cidadão e da sociedade a partir do conhecimento histórico, cultura, meio-ambiente, estudo local e pela geração de renda para valorizar as diferenças humanas, culturais, regionais e diminuir as diferenças sociais.



Projeto Conexão Local

No início de sua atuação, a FCV encontrou algumas dificuldades para a sua continuidade devido a uma instabilidade política no governo do Estado, porém nos últimos doze anos, a presença do mesmo partido permitiu a permanência e o sucesso do programa, que tem um gasto muito reduzido em relação à sua importância social. Entretanto, mesmo com essa “estabilidade”, os coordenadores do projeto têm conhecimento das dificuldades que um órgão público possui para resistir às transições de governos. Eles ressaltam que há sempre uma certa preocupação nos anos eleitorais quanto a possibilidade de mudança da base governista e a extinção do projeto.

No início das atividades, a FCV atuava em parceria com a SEDUC, porém a cerca de oito anos, ela está vinculada à Secretaria Especial de Promoção Social, que engloba um vasto programa de governo da qual fazem parte outros órgãos estaduais. Associado a ele, em 2000 criou-se o Programa Raízes, que em 2001 iniciou parceria com a FCV.

Atualmente, em Belém, a FCV realiza oficinas no seu prédio sede, localizado no bairro dos Telégrafos, e na Casa da Linguagem, no bairro de Nazaré; além de atuar em bairros mais afastados. A separação das oficinas neste dois ambientes é feita de forma a privilegiar as linguagens artísticas verbal na Casa da Linguagem, já que a sua instalação física é mais adequada para este tipo de atividades (aulas teóricas); e no prédio sede, situa-se as linguagens artísticas áudio-visual, cênica e plástica. Entretanto o intuito da fundação é que os alunos tenham contato com todas estas formas de linguagem e desenvolvam trabalhos que englobem esta pluralidade artística. Podem-se destacar as oficinas de teatro, dança, serigrafia, desenho, gravura, cestaria, trançado, fotografia, interpretação e produção de textos, literatura, capacitação de professores, dentre muitas outras.

Em Belém, deve-se destacar outras ações da FCV: a atuação no Projeto Florescer, juntamente com a FUNCAP, do qual jovens plantam flores e a FCV ajuda com as embalagens; a Justiça Solidária, projeto na qual a Fundação tem como foco a execução de oficinas culturais e profissionalizantes com presos de menor periculosidade; e as atividades das quais os alunos recebem uma ajuda de custo para se manter no curso e adquirem um conhecimento que poderá ser replicado para a sua geração de renda.

Além dos projetos realizados na capital, a FCV também tem uma frente de interiorização, que envolve a aplicação de oficinas em locais mais afastados de Belém, seja em áreas quilombolas, indígenas ou urbana. A interiorização





é feita a partir da ida de instrutores da fundação aos locais e a sua permanência por um breve período de tempo, na qual ele oferece palestras e oficinas aos moradores das comunidades, desenvolvem o interesse pela atividade e a busca de sua continuidade e replicação dentro desses grupos. O Projeto Ação Comunitária é uma das atuações de interiorização.

2.4 O PROGRAMA RAÍZES

A idéia inicial do Programa era atuar na questão fundiária em áreas quilombolas no Estado do Pará, porém, a pedido do governador, o projeto se estendeu também aos indígenas. Sua criação ocorreu em maio de 2000, a partir do decreto estadual 4.054/2000.

Segundo este documento, o Programa Raízes está vinculado à Secretaria de Executiva de Justiça (SEJ), da área de Defesa Social do Estado. Sua meta engloba a redução da pobreza e das desigualdades sociais, a partir da organização de ações de regularização de domínio das áreas ocupadas por comunidades remanescentes de quilombos e de indígenas; e a implantação de medidas que favoreçam o desenvolvimento dessas comunidades em relação a geração de renda, a sustentabilidade ambiental, cultural e sócio-econômica das comunidades.

Um dos motivos para o sucesso do programa está relacionado a sua forma de atuação. Segundo a estrutura formada, o Programa Raízes recebe a verba pública e disponibiliza aos órgãos públicos parceiros, que são escolhidos segundo suas competências para realizar os projetos nas comunidades. Temos que o Programa Raízes realiza a interlocução entre as comunidades indígenas e quilombolas e os órgãos estaduais, na qual a FCV se encontra.

O Programa Raízes atua em três frentes distintas, que refletem algumas das necessidades mais urgentes das comunidades indígenas e quilombolas: a questão do domínio; a educação e cultura; a infra-estrutura e produção.

Em relação à questão do domínio, o Programa atua conjuntamente o INTERPA. Esta é a frente mais desenvolvida e que apresenta progressos mais visíveis, pois das cerca de 200 comunidades listadas no estado, sendo 150 vinculadas ao Programa Raízes, 74 conseguiram a titulação do território.

A atuação do INTERPA e do Programa Raízes é feita a partir de visitas nas

comunidades e são feitas exploração de como ocorre o processo de titulação de território quilombola e indígena, pois eles são privilegiados e tratados por norma específica pela legislação brasileira. Em relação às comunidades quilombolas, há a necessidade de formação de associações comunitárias, em razão da titulação de terra ser coletiva.

Quanto à infra-estrutura e geração de renda, conta-se com o apoio de diversos órgãos, dentre estes a Secretaria de Desenvolvimento Urbano para a implantação de um micro sistema de abastecimento; a UFPA para um projeto que envolve a utilização de energia de biomassa, proveniente da semente de açaí; a Secretaria da Agricultura para construção de Casas de Farinha; dentre outras entidades. A maior preocupação do programa é não interferir no processo produtivo das comunidades com a utilização de novas formas de trabalho, mas em possibilitar melhores condições de trabalho.

Em relação à educação, o Programa Raízes conta com o apoio de órgãos como a SEDUC; a Fundação Curro Velho; e o IAP, para a publicação de livros. O papel do primeiro baseia-se na construção de escolas e capacitação de professores em comunidades indígenas e quilombolas. A FCV promove a cultura local e a geração de renda nessas comunidades, além de capacitar professores indígenas e quilombolas.

3 ANÁLISE

Esta parte do relatório tem o propósito de analisar esta experiência inovadora e apontar aspectos positivos e negativos do projeto, assim como seu impacto na comunidade e a atuação da Fundação Curro Velho e do Governo.

3.1 Projeto

3.1.1 Panorama Geral

O intuito inicial do projeto “Ação Comunitária em Arte e Ofício” da Fundação Curro Velho era oferecer às comunidades um meio para geração de renda e esforço para o resgate da cultura. As comunidades remanescentes de quilombo são fundamentalmente rurais e sobrevivem de cultura de subsistência e venda do excedente, além de outras atividades como apicultura e olaria, dependendo do grupo.



Ficou constatado que o objetivo inicial de geração de renda ainda não foi cumprido. De uma maneira geral, as comunidades ainda não conseguem extrair uma renda significativa da fabricação dos produtos ensinados nas oficinas. Existem diversos motivos para isso e eles serão apresentados ao longo da análise. O Projeto, entretanto, foi muito bem sucedido no resgate da cultura negra. As oficinas de dança, música e folclore foram importantes porque esses saberes foram esquecidos com o passar do tempo.

3.1.2 Objetivos do projeto

Como já detalhado, o projeto surgiu a partir de uma oportunidade dada pela Secretaria de Esportes e Lazer ao chamar a FCV para promover atividades culturais durante os 3 dias de viagem de Belém a Óbidos nos I Jogos Quilombola. As atividades promovidas eram relacionadas à cultura negra (dança, cenografia, música) e não serviram apenas para divertir e distrair os quilombolas. Estas foram importantes também para colocar em destaque a cultura negra que, pelas próprias comunidades, estava sendo esquecida.

Após a parceria com o Programa Raízes, o projeto ganhou novas proporções e idealizou-se que, a partir das oficinas, as comunidades poderiam ter mais uma possibilidade de fonte de renda através da venda dos artesanatos.

Durante nossa pesquisa, ficou constatado que o resgate da cultura de fato aconteceu. As comunidades, por mais isoladas que sejam, são muito influenciadas pela “cidade”. Sabe-se que é uma tendência do ser humano valorizar o novo e esquecer/excluir o velho. No caso das comunidades não foi diferente. De fora vieram novos ritmos musicais, maneiras diferentes de se vestir, acesso fácil às drogas, prostituição, introdução de novas religiões, entre outros.

A novidade chega às comunidades, em geral, através dos jovens. A ausência de escolas até o Ensino Médio nas comunidades obriga os jovens a se deslocarem até a cidade mais próxima para conseguir concluir seus estudos e assim eles entram em contato com uma diversidade de experiências e produtos que não existem na comunidade. A descaracterização das comunidades é um processo devastador, mas ao mesmo tempo silencioso. O fácil acesso à cidade sempre foi muito almejado pelas comunidades e foi concretizado com a construção de rodovias, porém não era previsto que junto com esta facilidade viessem tantos problemas que hoje são tão temidos pelas comunidades.



Projeto Conexão Local

Por esta e outras razões, a cultura se perdeu no tempo. Com as oficinas de arte, a cultura negra foi apresentada aos novos e foi lembrada pelos mais antigos. O depoimento de Eliana, Presidente do Grupo de Mães da comunidade de Tauerá-Açu, reforça a importância da reconstrução da identidade afro-brasileira na nossa cultura:

“Há 10 anos não fazíamos a festa do Boi. A última vez que aconteceu eu era menina! Meus filhos nunca tinham visto!”

Junto com o resgate da cultura, um outro é feito: o do orgulho de ser negro. Valorizar a cultura é valorizar o povo e assim cria-se prazer e orgulho de fazer parte de um grupo tão rico culturalmente.

Por outro lado, as comunidades, em geral, ainda não conseguem extrair renda da fabricação dos artesanatos. Este tem sido um grande desafio enfrentado pela Fundação Curro Velho. O principal motivo para isso, é a falta de noção de “negócio” das comunidades. Notamos que há uma grande dificuldade de estabelecer preços para as mercadorias. Estes normalmente são estabelecidos de acordo com a necessidade da pessoa no dia, ou seja, não há visão de longo prazo, portanto eles não conseguem estipular um preço que leve em conta o trabalho despendido, o valor da matéria prima e margem de lucro que consiga incluir o financiamento para compra de mais material – o que permite a continuidade do trabalho.

Durante nossas visitas, as comunidades relatavam que a produção dos artesanatos havia sido interrompida porque não tinham dinheiro para comprar a linha que arremata uma costura, por exemplo. Existe, entretanto, um trabalho, junto às comunidades, do SEBRAE para tentar sanar este problema. Este projeto ainda está no início e é mais atuante na comunidade do Médio Itacuruçá com a oficina de brinquedos de miriti, também conhecido como isopor natural.

Falta também nas comunidades a criação de um grupo que consiga se organizar para vender estes produtos. Notamos que cada um vende aquilo que ele mesmo produz e pelo preço que, no momento da venda, ache justo. A organização é importante porque assim o grupo conseguiria oferecer produtos homogêneos, o processo criativo seria conjunto, conseguiriam aumentar a quantidade produzida, entre outras conseqüências. A união não ocorre porque dentro das comunidades



existem rixas entre famílias e o interesse, a disponibilidade e a habilidade de produção não são os mesmos entre todos.

Quando as comunidades conseguirem formar um grupo sólido de produção de artesanatos, eles devem se preocupar em como e para quem devem vendê-los. Atualmente, a venda ocorre de quatro maneiras: no mercado mantido na FCV; quando há visita de pessoas de fora da comunidade; quando encomendas são feitas; ou então quando surge a oportunidade de participar de algum tipo de feira ou evento. Em geral, não são as comunidades que vão atrás dessas oportunidades.

Os produtos produzidos por comunidades quilombolas têm um apelo muito grande comercialmente e a criação de uma marca que destaque isso seria ideal. Entretanto, uma série de fatores impedem esta expansão. Entre elas a dificuldade que as comunidades têm de se inserir e participar de centros de comercialização.

3.2 As comunidades

Durante o mês de experiência, conseguimos visitar sete comunidades em seis municípios diferentes. Como já relatado, elas são muito diferentes entre si. As diferenças decorrem da quantidade de famílias na comunidade, força da liderança local, localização geográfica, disponibilidade de recursos, infra-estrutura, capacidade de organização, engajamento político, entre outros.

Um fator bastante relevante na caracterização da comunidade é a divisão de tarefas e estabelecimento de funções entre as pessoas da comunidade. Em geral, crianças e jovens ocupam parte de seu dia estudando, mulheres com afazeres domésticos e homens dedicam-se à colheita. Estas “regras” influenciam diretamente na receptividade que a comunidade tem com relação às oficinas.

Notamos que as oficinas costumam ser bem recebidas por crianças, jovens e mulheres, mas não pelos homens. Crianças e jovens encaram as oficinas como uma atividade de entretenimento, sendo esta uma das únicas formas de lazer e também uma das poucas oportunidades de acesso à informação. As oficinas conseguem despertar o lado criativo e lúdico da criança, aguçam sua sensibilidade e servem como ocupação.



As mulheres, assim como as crianças, se divertem, mas as principais funções das oficinas são funcionarem como válvula de escape e também serem encaradas como trabalho. Com a atividade, as mulheres se libertam do pesado trabalho desenvolvido por elas: cuidado com os filhos, afazeres domésticos e ajuda aos maridos na roça. A produção dos artesanatos é tida também como uma grande oportunidade de independência financeira dos maridos e aumento da renda familiar, por isso são as mulheres que se apropriam mais do trabalho das oficinas.

Já os homens não aderem às atividades da oficina por preconceito, mas também porque esta atividade ainda não é rentável. Durante a conversa com a comunidade de Camiranga, em Cachoeira do Piriá, estavam no centro comunitário aproximadamente 20 mulheres e apenas um homem. Quando questionado sobre sua opinião acerca do trabalho desempenhado pela Fundação ele disse que achava importante, mas que não participava porque não podia deixar sua família passando fome. Entretanto, muitos chefes de família não apóiam que suas esposas participem das oficinas, por considerar perda de tempo.

3.3 Fundação Curro Velho

Cabe analisar a Fundação Curro Velho acerca do trabalho por ela desenvolvido nas comunidades quilombolas.

Seu grande trunfo é o respeito pela cultura, pelo meio ambiente e pelas comunidades. A FCV há mais de 12 anos oferece oficinas de arte a pessoas carentes em sua sede em Belém. A decisão de expandir sua atuação, através de projetos de interiorização, exigiu da Fundação muito cuidado e a criação de uma complexa estrutura. No caso do trabalho com as comunidades quilombolas, a FCV teve o cuidado de determinar as oficinas a serem oferecidas, selecionar cuidadosamente os instrutores, capacitá-los e fazer um trabalho delicado junto às comunidades. Cada uma destas ações será melhor explorada a seguir.

3.3.1 Instrutores e capacitações

Os responsáveis pelas oficinas são parte muito importante no sucesso deste projeto. São eles que têm contato direto e intenso com a comunidade e, por isso, sua responsabilidade é tão grande. Osicineiros, em geral, já trabalhavam nas oficinas e em outras atividades da Fundação e são



profissionais da área da arte – por exemplo, dançarinos, restauradores, atores, artistas plásticos e músicos.

Ao contrário das oferecidas em Belém, onde o curso se estende por um semestre, as oficinas dadas em comunidades ocorrem algumas vezes por ano e são dadas intensivamente em, aproximadamente, 15 dias. O instrutor que vai até a comunidade fica lá em tempo integral: hospeda-se na casa de alguma família e participa de toda rotina da comunidade.

Existe um cuidado por parte dos instrutores quanto sua atuação na comunidade. Dependendo do local, eles podem ser recebidos de diversas maneiras. Durante a conversa que tivemos com oito deles, ouvimos muitos relatos de diferentes experiências, como por exemplo, lidar com conflitos entre famílias, enfrentar resistência por parte da comunidade sobre o trabalho desenvolvido e até mesmo ter que desempenhar o papel de líderes e formadores de opinião porque eles são muito respeitados pelos quilombolas, o que os torna muito influentes.

Independentemente, o contato com a comunidade é muito intenso e cria-se um grande vínculo entre instrutores e comunidade. Lá, eles não têm apenas a função de ensinar novas técnicas de arte, mas também são educadores, amigos, conselheiros e, muitas vezes, líderes.

3.3.2 Escolha das oficinas

A FCV tem um grande cuidado ao selecionar as oficinas a serem oferecidas. O objetivo é que as comunidades utilizem recursos abundantes existentes na própria comunidade. Então, antes da decisão, é feito um mapeamento destes recursos e também é levado em consideração o que a comunidade deseja.

Estes cuidados são essenciais porque transformam o meio ambiente local e incentiva o aproveitamento de materiais que antes eram descartados. As comunidades que recebem oficinas de bijouterias e instrumentos musicais aprenderam uma utilidade das sementes de frutas, por exemplo, que antes eram descartadas. No Médio Itacuruçá, o miriti utilizado para fazer brinquedos artesanais antes era menosprezado ou utilizado como absorvente e papel-higiênico.



3.3.3 Trabalho junto às comunidades

A Fundação Curro Velho tem o cuidado de conversar com as lideranças antes de atuar para saber, primeiramente, se a comunidade aceita e se interessa pelo trabalho. Este processo envolve o esclarecimento do tipo de atividade a ser desenvolvida, qual a ação da Fundação e resultados que são esperados.

A Fundação se propõe a levar os oficinairos, os materiais necessários que não existam em abundância na comunidade e dinheiro para pagar um lanche àqueles que participam das oficinas, porque em alguns casos a oficina é dada em uma comunidade central e moradores das vizinhas têm que se deslocar até lá. Entretanto, a atuação da Fundação extrapola o necessário para a ocorrência das aulas.

A FCV, assim como o Programa Raízes, acaba atuando também como formadora de opinião, suporte para solução de problemas que não sejam relacionados às comunidades e muitas vezes paga combustível, remédios, reformas, ou seja, auxilia financeiramente as comunidades. Isto será melhor analisado no item a seguir.

3.4 Governo (Programa Raízes)

O Programa Raízes trabalha em diversas frentes junto às comunidades quilombolas e indígenas. Além de sua atuação com a FCV no projeto de oficinas de arte, tivemos a oportunidade de ir a uma reunião com 13 comunidades para discussão e elaboração de um plano de ação conjunto que foi chamado de Plano de Desenvolvimento do Território de Remanescentes de Quilombo do Jambuaçu. Foi uma experiência muito interessante porque presenciamos discussões das lideranças sobre educação, saúde, infra-estrutura, produção e renda, segurança cultura e meio ambiente.

Um aspecto nos chama atenção quanto a postura tanto do Programa Raízes quanto da Fundação Curro Velho perante as comunidades. Notamos que ambas absorvem uma série de demandas das comunidades que não é de sua responsabilidade. Como já exemplificado, as duas entidades acabam dando dinheiro a algumas famílias para pagar combustível, algum remédio, ou custear outras necessidades. Cria-se a partir disto uma dependência muito grande entre comunidades e entidades.



Vale, entretanto, ressaltar que não é “culpa” nem da Fundação e nem o Programa. Entendemos que eles acabam agindo desta maneira porque a carência destas comunidades é tão gritante que é difícil se deparar com isso e não fazer nada. Mas sabemos que essas ações são muito pequenas diante daquilo que é necessário e o fortalecimento do vínculo de dependência não é benéfico. Enquanto um pequeno problema é resolvido, vários outros se multiplicam.

A nossa crítica aqui vai para o Governo que não consegue amparar essas comunidades com políticas públicas eficientes e específicas. Assim, elas permanecem totalmente esquecidas e excluídas.

3.5 O Preconceito

Este assunto merece um tópico a parte em que não será debatido a atuação nem da Fundação e nem do Programa Raízes, mas será suscitado um assunto que merece ser amplamente debatido. É impossível não tocarmos no assunto do preconceito racial, não só no Pará, mas também em todo país.

Por termos participado de um projeto que envolve comunidades negras, esse assunto era constante. Não temos plena autoridade sobre o assunto porque nunca fomos vítimas e não sabemos o peso que isto tem, mas acreditamos que nossa vivência seja a necessária para discutir e apontar algumas conseqüências deste ato.

Historicamente sabemos que os negros demoraram anos para começar a adquirir direitos de cidadão e serem reconhecidos como tal. E ainda hoje o país que faz uso do discurso da democracia racial age de forma diferente, tanto o governo como os civis. Podemos tomar como exemplo a Lei nº 601 de 1850. Esta lei decretava que a posse de terra só poderia ser feita a partir de sua compra. Tal decisão veio a coincidir com a época em que os Quilombos estava se fortalecendo e “ameaçando” o *status quo* jurídico-social.

É inadmissível que um país como o Brasil, que é formado por 45,6% de negros ou pardos, negue a influência que esse povo teve e ainda tem sobre nossas ações, costumes, culinária, músicas, religiões, entre outros. O Brasil é o 2º país no mundo com a maior população negra em números absolutos, ficando atrás apenas da Nigéria.



Felizmente não presenciamos nenhuma ação explícita de racismo, mas seria ingenuidade acharmos que este preconceito não existe. Fato é que ele ocorre a todo instante de maneira indireta e silenciosa. Aos que negam isto, basta que se olhem ao redor e analisem como a sociedade foi composta e como ela é dividida. Para nós, alunos da FGV, basta uma pergunta simples para chegarmos à conclusão de que algo de errado existe: quantos alunos negros existem na FGV?

Se a resposta obtida a partir desta pergunta não for convincente, vale apresentarmos alguns dados retirados de pesquisas do DIEESE, PNAD e IBGE:

- Os homens brancos ganham em média quase duas vezes e meia (142,2%) a mais do que os homens negros e quatro vezes (295%) mais que as mulheres negras.
- O analfabetismo no Brasil é em torno de 19%, enquanto na raça negra é de 40%.
- Apenas 4% dos negros concluem o ensino superior, enquanto entre os brancos este número chega a 13%
- A mortalidade infantil acomete 62,3 a cada mil crianças negras e 37,3 brancas

Claro que a resposta não é única e sabemos que ela é composta de diversas variáveis, mas com certeza uma delas é o preconceito.



4 Considerações Finais

Cabe nas considerações finais ressaltarmos pontos que mereçam ser reaplicados em outras experiências. Serão aqui destacadas as atuações da Fundação Curro Velho e também do Programa Raízes.

Reforçamos que as maiores virtudes deste projeto são a valorização deste grupo tão excluído social e economicamente, a preservação da cultura e costumes e também o resgate da história destas comunidades. Estes três aspectos parecem ser básicos, mas são os erros que mais ocorrem em projetos que têm recorte étnico-racial. É imprescindível que haja um cuidado especial em ações que envolvam cultura, porque estas devem ser mantidas e valorizadas. O que normalmente ocorre é a imposição de uma nova realidade e costumes.

Partindo para um ambiente macro, ressaltamos que o Pará sai na frente quando, em 2000, cria um órgão que atua apenas com povos indígenas e negros. Obviamente que muito ainda precisa ser feito, mas esta foi uma ação pioneira e, até onde sabemos, única no país. Além disto, o Programa Raízes tem orçamento próprio, o que facilita e dá liberdade no gasto e repasse de verba.

Vale ser multiplicado também a parceria entre Fundação Curro Velho e Programa Raízes em que a primeira tem a função de executar e o segundo de gerir. Esta parceria deu muito certo porque as funções são bem definidas, existe cooperação entre as partes e decisões são feitas em conjunto nas reuniões de planejamento. Isto contribui para que o Projeto Ação Comunitária em Arte e Ofício se torne uma política pública importante, sobretudo por gerar resultados positivos e possuir recorte racial.

Entretanto, o projeto está fortemente sujeito a alterações políticas, como acontece com tanta frequência no Brasil. O Programa Raízes foi criado no governo de Almir Gabriel do PSDB que, está no poder do estado do Pará nos últimos 12 anos. A dúvida é: se houver mudança do partido, o Programa Raízes será mantido? As eleições para o governo do Estado estão em andamento e Dr. Almir Gabriel (candidato novamente) foi para o 2º turno com Ana Julia, do PT.



Projeto Conexão Local

Deixamos claro que a questão aqui levantada não é uma crítica a nenhum partido. A instabilidade política que existe no país não é provocada exclusivamente pelo PSDB ou pelo PT, mas é algo, infelizmente, generalizado.

Acreditamos que indiferente do partido eleito, o Programa Raízes possui méritos que justificam a sua continuidade. A sua extinção será um ônus muito grande aos avanços étnico-racial ocorridos no Estado do Pará.⁵



5 BIBLIOGRAFIA

SALLES, Vicente. Negros no Pará: Sob o Regime da Escravidão. Belém: IAP. Programa Raízes, 2005

TRECCANI, Girolamo Domenico. Terra de quilombo: Caminhos e Entraves do Processo de Titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006

Folhetos da Fundação Curro Velho

Folhetos do Programa Raízes

WEBSITES:

www.ipeadata.gov.br

www.ibge.com.br

www.dieese.gov.br



Projeto Conexão Local

6 Anexos

6.1 Fotos



Projeto Conexão Local

Bacabal



Boa Vista do Itá



Projeto Conexão Local

Camiranga



Itacoã



Projeto Conexão Local

Jambuaçu



Laranjetuba



Projeto Conexão Local

Médio Itacuruçá



Tauerá-Açú





Projeto Conexão Local

6.2 Ficha técnica das Comunidades visitadas

Comunidades	Município	Quantidade de famílias	Oficinas	Ação de ACS?	Saúde		Educação			Saneamento	Luz Elétrica	Desde quando
					Existe posto de saúde?	Funciona?	1º e 4º	5º e 8º	E. Médio			
Becebal	Sabotera	68	Capoeira Estrampada Lustramento Futuro Teatro	sim	sim	não	sim	não	não	não	sim	-
Boa Vista do Rê	Santa Isabel	33	Capoeira Capoeira Dança Afro	sim	não	-	não	não	não	não	sim	-
Genofony	Cachoeira do Espírito	122	Esportes Capoeira Capoeira Teatro	sim	não	-	sim	sim	sim	não	sim	2002
Bocoy	Acara	96	Capoeira Capoeira Dança Afro Sociedade	sim	sim	não	sim	não	não	sim	sim	-
Lesanjuba	Mejia	25	Esportes Capoeira Lustramento	sim	sim	-	sim	não	não	sim	sim	dez/05
Médio Bocuy	Aboboreba	aprox 250	Capoeira Marti	sim	sim	não	sim	não	não	não	não	-
Tourens-ôgo	Aboboreba	110	Boi Futuro	sim	sim	-	sim	não	não	não	não	-

Permitida a reprodução desde que citada a fonte

